

Coluna do Castello

Trincheira do PMDB indefinida

As indicações de que o senador Mário Covas cabe a tarefa mais difícil no esforço de conciliar os pareceres das comissões temáticas com uma posição uniforme do seu partido. Líder do PMDB na Constituinte, comanda uma bancada trabalhada por contradições ideológicas, políticas e de interesses difícilmente conciliáveis numa composição em torno de definições que se projetam sobre o conjunto das atividades políticas, econômicas e sociais do país. O presidente Ulysses Guimarães, que fez suas opções inspiradas no seu profundo conhecimento da realidade partidária, já não terá veleidades de compor contradições mas de preservar a unidade independentemente de divergências insuperáveis. Para ele basta lutar por opções que permitam o PMDB continuar a participar do governo e a influir nas suas políticas ainda que com as dificuldades impostas rejeição de setores peemedebistas ao presidente da República e ao tipo de governo que ele faz.



As indicações de que o senador Mário Covas procura tornar dominante o pensamento do PMDB correspondem a uma atitude de líder, mas totalmente destituída de apoio na realidade. Na verdade o PMDB sequer sabe se apoiará o ministro da Fazenda, correligionário histórico, na elaboração de um plano estratégico de combate à inflação e negociação da dívida externa. A esquerda desconfia de tendências a uma aproximação com o FMI e de procura da conciliação com dogmas que dominam a estratégia das grandes potências nas suas relações com os países em desenvolvimento.

A Constituinte está vencendo a sua segunda etapa. Domingo, segundo o cronograma oficial, deverão estar votados os oito pareceres das comissões temáticas e assim ultrapassada mais uma faixa cedida ao confronto entre as correntes e os interesses em luta dentro da assembléia. Como se verificou, nenhum dos oito relatórios apresentou trabalhos que indiquem a hipótese do apoio da maioria das respectivas comissões ao parecer. A bola será passada à Comissão de Sistematização sem que haja uma conformidade das diversas minorias ao pensamento das majorias, quase nunca expressado pelos relatores.

O senador Severo Gomes trabalhou deliberadamente na faixa da conciliação mas viu-se rejeitado pela direita e pela esquerda. Sua definição de empresa nacional não convenceu as correntes em luta e suas propostas relacionadas com a reforma agrária valeram-lhe a exclusão feita pelo deputado Osvaldo Lima Filho de membro da comissão nacionalista da Constituinte. O resultado é que seu parecer será confrontado com dois substitutivos, pelo menos, um do sr Roberto Cardoso Alves e outro do sr Vladimir Palmeira. Pelo trabalho das subcomissões que parcelavam a Comissão da Ordem Econômica já se sabe que o senador não teve êxito na sua tentativa de composição e continuou repudiando pela maioria centro-conservadora da sua comissão e criticado pela minoria esquerdista.

O deputado Egídio Ferreira Lima provocou uma nova mobilização dos correligionários do presidente José Sarney (como tais considerados apenas os partidários do mandato de cinco anos, segundo a doutrina vigente) para restabelecer os cinco anos de sua presidência de transição. O deputado mobilizou também, contra seu parecer, os parlamentaristas híbridos, isto é, os parlamentaristas que temem os governos de gabinete, também os defensores da estrutura clássica do Poder Judiciário estão alertas. Na realidade, ele endossou a textura imaginosa do parecer do sr Plínio de Arruda Sampaio, que pretendeu conciliar vitaliciedade dos juizes com a atribuição de mandato de 12 anos aos membros do Supremo Tribunal e extinguiu o Tribunal Federal de Recursos. O Ministério Público também não está satisfeito com algumas generalizações do seu parecer.

Na Ordem Econômica, estabeleceu-se um caos quanto à fixação de uma política trabalhista compatível com o pensamento da maioria liberal e conservadora da Câmara. A estabilidade de emprego, automática, não será assimilada e as formas aventadas não atendem ao pensamento de esquerda. Sobre liberdade sindical não há definições claras nem posições nítidas nas bancadas, o que reflete a perplexidade dos sindicatos com relação à matéria.

Há todo um arsenal de luta em torno de medidas como aborto, transferência de recursos públicos ao ensino privado, reforma agrária, etc., que terá solução menos vinculada a ideologias do que a convicções ou experiências pessoais. Sem falar na grande guerra da distribuição dos recursos públicos, matéria na qual o esforçado deputado José Serra, trabalhando em coordenação com as principais figuras da comissão, não atendeu ao Nordeste, que queria, contrariando o Centro-Sul e agredindo o Rio Grande do Sul, excluir da distribuição das cotas de participação os estados cuja renda fosse superior à da média nacional. O Nordeste está em guerra e o Rio Grande do Sul, o mais recente membro do clube dos pobres, não está nessa guerra, mas noutra que não se concilia aparentemente com as reivindicações nordestinas.

A Comissão Tributária pode deixar o rastilho da rebeldia em pontos sensíveis do país. E aí qual é a trincheira do PMDB? Seria melhor para o partido evitar a convenção que o deputado Maurício Fruct quer impor ao sr Ulysses Guimarães.

(Publicarei amanhã carta do Senador José Fogaça)

Carlos Castello Branco

Voto na Sistematização resolverá conflitos

BRASÍLIA — Afinal, qual o conceito de família? E o de censura? O presidente Sarney terá quatro ou cinco anos de mandato? Essas são algumas perguntas que precisam ser respondidas pela Comissão de Sistematização da Constituinte a partir da próxima semana. Mais do que organizar as sugestões que sairão das oito comissões temáticas, a de Sistematização terá que resolver os conflitos originados pela aprovação de propostas diferentes sobre um mesmo assunto.

É o caso do mandato do presidente Sarney. A Comissão da Organização Eleitoral prevê cinco anos, enquanto a Comissão de Organização dos Poderes, quatro. Se as duas propostas forem aprovadas nas respectivas comissões, caberá à Comissão de Sistematização decidir. Essa comissão, com 93 membros, teria como trabalho apenas organizar num só texto as sugestões aprovadas nas demais comissões. Mas como um mesmo assunto está sendo tratado em mais de uma comissão, não será possível compatibilizar as sugestões, "o que é bom, porque haverá várias alternativas sobre uma mesma questão", ironiza o depu-

tado Nelson Jobim, membro da comissão. A decisão será mesmo pelo voto.

Divergências — Sobre mandato presidencial, o conflito só existe no caso do presidente Sarney. Tanto o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão de Organização Eleitoral, como o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes, fixaram cinco anos de mandato para os próximos presidentes.

No entanto, as duas comissões entram em conflito em outros itens. Egídio propõe um Supremo Tribunal Federal com 16 ministros, indicados da seguinte forma: cinco pelo presidente da República, seis pela Câmara dos Deputados e os outros cinco escolhidos pelo presidente da República em lista tripartite elaborada pelo próprio STF. Prisco apenas determina que os 16 ministros do STF serão indicados pelo presidente da República, ouvido o Senado Federal.

A questão da censura também é conflitante e surge em quatro das oito comissões temáticas. A da Soberania, que tem o senador Paulo Bisol (PMDB-RS) como relator, deixa

claro que nenhuma diversão pública será submetida a censura. Haverá apenas classificação de espetáculos por idade, ficando proibida qualquer supressão, parcial ou total, de espetáculo. Já a Comissão da Organização do Estado, do relator José Richa (PMDB-PR), estabelece que compete à União "exercer a classificação de diversões públicas", enquanto, de acordo com a Comissão de Prisco, a classificação e o controle das diversões públicas cabe à Polícia Federal (como é hoje). Para concluir, a Comissão da Família, do relator Artur da Távola (PMDB-RJ), proíbe qualquer tipo de censura e diz que a ação do estado se limitará a informar sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária.

A questão da família também é polêmica. O senador Paulo Bisol diz que a constituição da família se dá pelo casamento ou pela união estável, baseado na igualdade entre homem e mulher e diz também que a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal. A Comissão da Família estabelece que o "casamento civil é a forma própria da constituição da família" e que a união estável é

reconhecida em lei, mas a lei deve facilitar sua conversão em casamento, ou seja, em família.

Anistia até 87 — A Comissão da Soberania, aliás, trata de assuntos que foram incluídos em várias comissões por ser também a Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Por isso, prevê anistia ampla, geral e irrestrita para os punidos entre 1961 e 1987, determinando que caberá ao estado reintegrar os servidores e pagar os salários atrasados com valores corrigidos, contrariando o relatório de José Richa que diz que compete a União legislar sobre a anistia.

Bisol também contraria Prisco porque faculto o voto entre os 16 e 18 anos, enquanto Prisco prevê idade mínima de 18 anos para se votar. Ainda em choque com a Comissão de Prisco, que mantém exigências para formação e funcionamento de partidos, atrelando-os a estatutos e fidelidade partidária, Bisol apenas diz que é livre a formação de partidos e que não podem ser dissolvidos compulsoriamente. Sobre energia nuclear, Bisol estabelece que usinas nucleares só podem ser instaladas consultada a comunidade.

O tamanho da nova Carta

	Artigos	Parágrafos	Incisos	Alíneas	Total
Relatórios das 24 subcomissões	702.....	758	896.....	312	2.668
Relatórios das oito comissões....	543.....	561	777.....	334	2.215

Texto grande assusta relator

BRASÍLIA — Além de repetirem de forma conflitante vários assuntos, as sugestões das oito comissões temáticas da Constituinte, se entrassem em vigor hoje, dariam uma nova Constituição com 543 artigos, 561 parágrafos, 777 incisos e 334 alíneas, num total de 2.215 itens. Esses números assustam o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que os levantou e sonha com "uma Constituição enxuta, com um máximo de 200 artigos".

Bernardo Cabral acredita que pela forma como os trabalhos estão sendo conduzidos será impossível aprovar a nova Carta ainda este

ano, apesar de o cronograma de trabalho estar sendo respeitado. Segundo Bernardo, a primeira fase (a das 24 subcomissões) e a segunda (a das oito comissões) somaram a apresentação de quase 10 mil emendas.

O deputado acredita que será impossível no tempo destinado ao trabalho de plenário, na sua primeira fase — de 15 de julho a 15 de agosto — analisar todas as emendas e discutir todas as sugestões, o que atrasaria o trabalho. Além disso, como nas fases das subcomissões o total de itens foi de 2.668 e na fase de comissões ficou em 2.215, fica difícil chegar à marca dos 200 artigos ideais.

Presidente do Conselho de Reitores condena proposta

FLORIANÓPOLIS — Se a proposta da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes for incluída na Constituição "vai ser um desastre", não só para a universidade, como para toda a educação no país, adverte o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Para ele, o texto aprovado "concede uma falsa prioridade ao ensino fundamental". Ao garantir 50% dos recursos públicos destinados à educação ao ensino básico, explica o reitor, a subcomissão não levou em conta que sem um ensino de 3º grau eficiente, estruturado e equipado, não pode haver ensino de 1º e 2º graus. "A educação tem que ser tratada como um todo, como um sistema interligado e interdependente. Não há nenhuma dúvida a respeito da importância do ensino fundamental. Ninguém nega seu caráter prioritário. Mas sem professores, sem pesquisa, sem universidade, não pode haver ensino", afirma.

Recursos — Segundo o reitor Pinto da Luz, embora a ampliação de 13% para 18% dos recursos destinados à educação represente um avanço em relação a atual situação, a

vinculação de 50% desses recursos ao ensino fundamental deixa para os demais níveis, inclusive para o pré-escolar, que passa a ser obrigação do Estado, um total de 9%.

"Com isso — explica —, as universidades federais, que recebem atualmente do Ministério da Educação 70% do orçamento referente à emenda João Calmon, o que representa mais de 9% desse total, vão ter seus recursos reduzidos. No quadro existente isso significaria, sem dúvida, o colapso".

O presidente do Conselho de Reitores acrescentou que, além disso, com a tendência já clara na Constituinte em reduzir em benefício dos estados e municípios as receitas atribuídas ao governo federal, principal responsável pelo ensino de 3º grau, os recursos da União consignados à educação, embora formalmente aumentados para 18% equivaleariam, na realidade aos 13% já destinados pela atual legislação. "Com a vinculação de 50% ao ensino fundamental — acrescenta — sobriariam para o ensino superior cerca de 5%, ou seja, 4% a menos do que as universidades recebem atualmente".